

# Um ano após debate público, projetos tentam dificultar aborto no Brasil

*Ação no STF pedindo descriminalização da prática até a 12ª semana de gravidez está parada desde agosto de 2018*

[\(O Globo, 06/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO e BRASÍLIA — Há um ano, o aborto estava na pauta do dia. A interrupção voluntária da gravidez era tema de uma audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal ( STF ) para discutir a descriminalização do procedimento até a 12ª semana.

Nela, que ocorreu nos dias 3 e 6 de agosto, representantes de entidades, inclusive religiosas, ativistas e especialistas de diversas áreas participaram com argumentos contra e a favor.

Desde então, ao menos 19 projetos de lei foram protocolados na Câmara e no Senado com o objetivo de restringir mais ou dificultar o acesso ao aborto, mesmo quando ele já é previsto em lei — em caso de [estupro](#) , feto anencéfalo e risco de vida para a [mulher](#) . Além disso, 365 dias depois da segunda parte da audiência, ainda não há data para que o assunto volte à Corte.

Desses 19 PLs, 16 foram apresentados em 2019 e dois arquivados. Além dos novos, há outros 28, incluindo a PEC 29, conhecida como “PEC da Vida”, que foram desarquivados no início do ano.

Ao todo, são ao menos 45 projetos no Congresso que buscam restringir direta ou indiretamente o [aborto](#) . O levantamento é da campanha “Nem presa nem morta”, formada por grupos, organizações e ativistas pelos direitos das mulheres .

A audiência pública de 2018 foi convocada pela ministra Rosa Weber para

discutir a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442 (ADPF), da qual ela é relatora, protocolada pelo PSOL e pela Anis — Instituto de Bioética em março de 2017.

Na ação, que pede a descriminalização do [aborto](#) até o terceiro mês de gestação, argumentam que os artigos 124 e 126 do Código Penal — que instituem a criminalização da interrupção voluntária da gestação — não estão de acordo com as garantias individuais previstas na Constituição.

Os autores da ação alegam também que certos direitos das mulheres previstos em lei são, hoje, violados diretamente pelo Código Penal, como direito à cidadania, à dignidade, à vida, à igualdade, à liberdade, à saúde e ao planejamento familiar.

Não há perspectiva de o STF julgar ainda este ano a ação. A ministra Rosa Weber sequer liberou o caso para análise do plenário. E, quando fizer isso, será necessário ainda que o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, marque uma data de julgamento. Ele já definiu a pauta da maioria das sessões do segundo semestre e a tendência é que não venha a incluir a questão do aborto.

Além da ação relatada por Rosa Weber, há outra com a ministra Cármen Lúcia, de alcance mais limitado: uma mulher pode abortar quando tiver zika, que provoca microcefalia. Em parecer apresentado em 2016, o então procurador-geral da República Rodrigo Janot opinou que, sim, por entender que obrigar a mulher a continuar com uma gestação nessa condição equivale a um ato de tortura.

Em setembro, Cármen Lúcia liberou o processo para julgamento no plenário. Poucos dias depois, assumiu a presidência, mas não chegou a marcar a data para analisar a ação. Em dezembro de 2018, Dias Toffoli, que sucedeu Cármen na presidência do STF, marcou o julgamento para 22 de maio de 2019. Mas, em 9 de maio, retirou a ação da pauta.

### **‘Retrocedemos’**

Luciana Boiteux, advogada que assina a ação, pesquisadora, professora da UFRJ e atualmente suplente de deputada federal pelo PSOL-RJ, acredita que

difícilmente o assunto voltará à pauta da Corte, por estarmos em um momento político “não só conservador, mas antifeminista”.

Por outro lado, ela acredita ser pouco provável que esses projetos de lei “andem”. Boiteux afirma que, em sua maioria, eles são “radicalizados e desonestos”.

— Não é um bom momento. Acho que retrocedemos de um ano para cá em termos de possibilidade de um debate honesto. Hoje, o que se tem é uma ameaça de retrocesso, mas é importante dizer que esses PLs já vinham antes, e essas ameaças vêm de muitos anos — pontua. — Precisamos de um debate franco, com pluralidade de vozes, como ocorreu na audiência, levando em conta a realidade das mulheres . Mas é um momento difícil, de radicalização e negação de direitos.

A advogada diz defender os resultados que mostram experiências da descriminalização em outros países, como a redução da [mortalidade materna](#) . No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, o aborto é uma das principais causas desse tipo de óbito.

— Esse debate (sobre aborto) tem que ser feito com o caráter de direitos humanos, respeito, mas também como questão de saúde pública. E saúde pública se mede com evidência, dados de pesquisa. Defendemos a conscientização da sociedade sobre a importância do direito das mulheres ao aborto , chamando a atenção para as consequências nefastas da manutenção da criminalização — conclui.

### **Papel do STF é questionado**

Presidente da bancada da bala, o deputado Capitão Augusto (PL-SP) é autor de quatro dos novos projetos de lei sobre o tema. Com eles, pede um endurecimento do Código Penal para quem faz o procedimento — caso seja sem o consentimento da gestante, por exemplo, ele propõe de dez a 20 anos de reclusão.

— (Atualmente são) Penas muito brandas, no nosso entendimento, para quem comete ou induz o aborto . A ideia é justamente inibir a quantidade (de abortos) que é feita no Brasil — explica o parlamentar, que considera uma

“aberração por parte do STF legislar em cima de um tema de uma área que não é deles”.

Vice-presidente da União dos Juristas Católicos de São Paulo, que participou da audiência pública do ano passado, Paulo Henrique Cremonesi também questiona o protagonismo do Supremo na discussão.

— Só quem pode decidir é o Poder Legislativo. Já houve uma decisão recente (a criminalização da homofobia) equivocada. Mesmo se fosse sobre um interesse meu, por exemplo uma situação de “cristofobia” (ataques a cristãos), eu contestaria. Do jeito que se deu, não há harmonia entre os três poderes. Por mais qualificados que sejam, 11 ministros não podem fazer o papel de 500 deputados nem de 180 milhões de brasileiros — afirma ele, que se situa contra a descriminalização do aborto (“como cristão, seria esquizofrênico defender a interrupção da vida”).

Para a antropóloga Sonia Corrêa, coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, garantir direitos assegurados na Constituição, como de liberdade, é uma dívida histórica com as mulheres no país. E, por isso, retomar o debate em torno do aborto, reforçando argumentos trazidos na audiência, é essencial no contexto atual.

— Isso porque, entre outras razões, o que tem prevalecido nos debates públicos são as visões contrárias à premissa de que autonomia sexual e reprodutiva é um componente inegociável das democracias — diz. — Hoje, quando existe no Congresso uma proposta de emenda constitucional para garantir direito à vida desde a concepção, que restringe ainda mais o acesso ao aborto, é ainda mais importante resgatar esses argumentos como parâmetros de uma sociedade democrática.

### **‘Ganho consolidado’**

Para a advogada Gabriela Rondon, do Instituto Anis, a audiência pública deixa um legado importante de qualificação do debate sobre **aborto** no país, o que, segundo ela, permanece como “um ganho consolidado”, trazendo para a sociedade opiniões diversas e com embasamento científico sobre o tema.

Mesmo sem previsão de quando o assunto volta ao supremo, ela acredita que

não será esquecido.

— Houve uma vitória muito importante que precisa ser consolidada. Na ocasião (audiência pública), o debate foi pautado por evidências confiáveis de saúde pública e narrativas sobre como a lei impacta a vida das mulheres , com diferentes perspectivas, de forma interdisciplinar, com a participação da medicina, antropologia, do campo religioso — lembra Rondon.

*Por Ana Paula Blower, André de Souza e Flavia Martin*

---

## **Nenhuma senadora apoia a descriminalização do aborto**

*Levantamento da Pública mostra que apenas 2 das 13 senadoras são contra a PEC que prevê “a inviolabilidade” da vida “desde a concepção”; na Câmara, deputada feminista fala em luta “extenuante” para barrar retrocessos*

**[\(A Pública, 08/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Nesta quarta-feira (8), o Senado deve votar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC 29/2015, do ex-senador Magno Malta, que altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”. No último relatório, apresentado no dia 10 de abril pela relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), consta uma emenda sugerindo que o aborto não seja punido em caso de estupro ou risco de vida à gestante, mas não diz nada sobre os casos de anencefalia, por exemplo. Ou sobre pílulas do dia seguinte ou DIU. Além disso, o relatório é claro no propósito de desarquivamento da PEC: barrar de vez qualquer avanço nas discussões sobre a descriminalização do aborto no Brasil. “Nesse sentido, cabe ao Congresso Nacional, explicitar, no art. 5º da Constituição Federal, a inviolabilidade da vida humana, desde a concepção, tendo em vista as tentativas de despenalização do aborto até o 3º mês (ADPF

442), como também até mesmo a exclusão de toda punibilidade no Código Penal, liberando tacitamente até o nono mês.” A PEC, vista como um retrocesso por médicos, pesquisadores e pelo movimento de mulheres por aumentar ainda mais a criminalização e o risco de morte de mulheres em situação de vulnerabilidade, vai de encontro a outros projetos de lei como o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), que prevê, entre outras medidas, uma bolsa para mulheres que tiverem os filhos do estupro, projeto que está atualmente parado na Câmara, mas é defendido arduamente pela ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves.

Em um levantamento exclusivo, a Pública entrou em contato com as 13 senadoras mulheres da legislatura atual para saber como votariam a PEC (veja o quadro no fim da entrevista) e constatou que, além de a maioria se colocar a favor da mudança na Constituição, nenhuma delas se declarou a favor das discussões sobre a descriminalização do aborto.

A deputada federal Áurea Carolina (Psol-MG) falou à Pública sobre a resistência que as parlamentares feministas têm enfrentado na Câmara dos deputados e da falta de um canal de diálogo no Senado. Educadora popular, especialista em gênero e igualdade pela Universidade Autônoma de Barcelona, mestra em ciência política pela UFMG e com uma trajetória marcada pela atuação nos movimentos sociais, Áurea diz que os ataques têm sido constantes e que é possível que haja ainda mais retrocessos, mas lembra que há também uma nova leva de deputadas declaradamente feministas e a favor da descriminalização do aborto. E afirma que acredita na mobilização das mulheres nas ruas: “Eu confio na força popular e tenho esperança de que a resposta nas ruas seja estrondosa”.

**Nesta quarta-feira, o Senado deve votar a PEC 29/2015. Como você vê o Senado hoje, com relação às pautas de defesa dos direitos das mulheres? E como isso impacta o trabalho de vocês na Câmara?**

O Senado está em uma situação ainda mais crítica, com uma presença muito forte de grupos conservadores, obscurantistas e que não vão, de nenhuma maneira, propor ou concordar com pautas que avancem nos direitos reprodutivos das mulheres. Eu não sei nem dizer se entre os parlamentares

homens de esquerda haveria esse compromisso. Mas aqui na Câmara a situação também é drástica. Nós temos um grupo muito importante de mulheres feministas parlamentares, mas é um grupo pequeno. A bancada de mulheres cresceu, mas cresceu no viés conservador. É claro que o aumento da presença de mulheres é importante em si, mas isso não resolve essa situação tão complicada de agressão aos nossos direitos. Por outro lado, a gente tem a chegada de parlamentares que são explicitamente defensoras da descriminalização do aborto. Já houve mulheres que, em outros momentos, fizeram essa defesa, mas de forma mais isolada. Hoje nós temos um grupo. E isso não é pouca coisa. Tem a ver com a primavera feminista, com a proliferação dos discursos feministas em vários espaços da sociedade, inclusive para além do movimento feminista. Hoje mulheres jovens se identificam feministas e se colocam assim. E eu acho que isso é um ganho histórico apesar de todos os ataques que a gente tem sofrido globalmente. Quando a gente avança em uma concepção emancipatória, é muito difícil retroceder com isso. E acho que vem daí o desespero desses grupos conservadores que tentam barrar a todo custo nossas conquistas.

**E como está o cenário na Câmara dos Deputados? Como está se dando essa disputa? Porque, como você diz, chegaram algumas deputadas declaradamente feministas e declaradamente a favor da descriminalização do aborto, que sempre foi um tema difícil de tocar mesmo entre as deputadas mulheres, e isso é de fato uma conquista histórica. Ao mesmo tempo que a gente está vivendo talvez o momento de maior retrocesso e conservadorismo desde a ditadura militar. Como a coisa está acontecendo no dia a dia de vocês?**

Tem um panorama mais geral que é: esses grupos conservadores, de ódio, têm uma vantagem quase que automática porque na sociedade o senso comum, o imaginário mais distorcido, que é afetado por notícias falsas, desinformação, é de negação de conquistas democráticas, de enfrentamento às desigualdades. Esse é o registro mais padrão. Os setores que se beneficiam disso e que têm interesse em perpetuar essa lógica e que chegam

ao poder político nessa última eleição não necessariamente precisam ter uma grande organização, e isso fica evidente aqui dentro do Congresso, com o desastre que é a própria base do governo. Eles vivem em rota de colisão entre eles mesmos, eles têm uma competição interna muito grande, e a gente vê isso acontecer nos plenários, nas comissões, entre os deputados do PSL, da própria base. Só que eles têm essa vantagem quase que involuntária de contar com o viés predominante nesse momento, que é contrário aos direitos humanos, é contrário aos direitos sexuais e reprodutivos. Em profundidade, essas coisas não são tão simplistas. Se a gente for conversar com uma mulher pobre trabalhadora numa periferia e perguntar se ela é a favor do aborto, ela vai dizer que claro que não. Mas, se a gente perguntar se ela concorda que uma mulher que fez um aborto seja presa, ela vai começar a relativizar. Se a gente perguntar “você concordaria que essa mulher não receba atendimento médico no hospital e morra porque ela fez aborto?”, ela vai dizer que não, de jeito nenhum. Então esse senso comum também é muito fruto de uma manipulação, e não é à toa que eles estão atacando a cultura, a educação, têm o controle dos meios convencionais de comunicação, porque eles sabem que o pensamento crítico, quando é trabalhado no cotidiano, leva a essa reflexão. Aquela senhorinha que a princípio se declara contra o aborto no fundo vai concordar que é indefensável a criminalização da mulher que faz um aborto. Isso para dizer que nesse Congresso eles contam com esse problema, que é estrutural. Não necessariamente eles têm uma coesão partidária, uma sustentação de campo, como força estratégica. Claro que o poder econômico está sempre muito articulado e atravessa tudo isso. Então, eu sinto que a gente vai conseguir sair desse momento histórico em um determinado período de tempo e talvez a gente não leve tanto tempo quanto aparenta. Com um trabalho persistente de educação popular, de mobilização social, de conversa crítica, de trazer as comunidades para uma vida política ativa, eu acho que a gente pode virar essa conjuntura logo. Eu imagino que em 2022 esse governo não vai conseguir com tanta facilidade se reeleger. Nas pautas de mulheres é assim também. Vem essa enxurrada violenta, mas em contrapartida o 8 de Março esse ano em Belo Horizonte foi um dos maiores de todos os tempos.



## **Você tem um histórico no movimento social; como vê a conexão entre a política institucional e o trabalho de base? Existe esse elo? E como ele está sendo feito?**

É um elo fortalecido por algumas pessoas que estão ocupando espaços de poder e que têm um compromisso de estar na institucionalidade a serviço das lutas. Isso está longe de ser generalizado mesmo entre parlamentares que se dizem da renovação política, porque no meio da renovação está cheio de mais do mesmo. Mas para o nosso mandato é uma condição, não existe possibilidade de a gente estar aqui sem fazer essa interlocução permanente com as lutas populares. Todo nosso trabalho se volta a localizar demandas que vêm da sociedade e repercutir questões que são urgentes, como a reforma da Previdência, o pacote do Moro, o crime da Vale em Brumadinho, uma série de pautas que a gente constrói no cotidiano com coletivos juvenis, com grupos de mulheres, com ocupações urbanas. Eu acho que a solução para fazer essa virada em um momento não tão distante requer que o campo progressista se reconcilie com essas lutas autônomas da sociedade. Não dá para ter mandatos progressistas ensimesmados que ficam dentro de seus gabinetes com ideias incríveis, mas que não têm nenhuma articulação conjunta com a sociedade. Porque aqui o movimento é sempre de enquadramento, de domesticação, de cooptação, então a força tem que ser de fora para dentro. De dentro para fora, temos que elaborar juntas porque não podemos brincar nessa conjuntura em que a nossa vida está ameaçada. Não podemos nos abster de ter avanços ainda que não sejam os ideais. A mediação política é um trato importante para nós, e a institucionalidade tem um papel de como a gente lida com essas estruturas burocráticas, cheias de código e cheias de relações de poder, para conseguir conquistas efetivas para a população.

**Já em 2013, o Eduardo Cunha ressuscitou projetos de lei, como o Estatuto do Nascituro, e existem dezenas de outros PLs que querem acabar com o aborto, inclusive nos casos previstos por lei. Também existem vários projetos que atacam os direitos LGBTQ, como os que**

## **rejeitam o direito ao nome social e a adoção por casais homoafetivos. Você acha que no novo governo é mais fácil aprovar esse tipo de projeto?**

Com certeza. Eles estão em uma vantagem conjuntural por conta dessa ascensão do conservadorismo. Não quer dizer que esses grupos estão em maior quantidade, mas eles têm conseguido hegemonizar suas agendas na sociedade. Para a gente conseguir convencer que direitos humanos são legítimos e princípios da democracia, a gente tem que gastar muitas horas de conversa, e eles conseguem, em uma frase de efeito, defender que direitos humanos servem para defender bandido. A gente está nessa assimetria brutal. Então, evidentemente eles têm condição de aprovar aqui muita coisa, a não ser que haja uma resistência dos setores intermediários no Congresso que ainda têm algum apreço pela democracia. Uma centro-direita que defenda as regras do jogo, o estado democrático de direito. E eu acho que é com isso que a gente pode contar em um momento em que as forças progressistas estão em uma desvantagem numérica muito grande de representação institucional. Na sociedade, a gente ainda se recupera de uma temporada de transformações que vêm desde as jornadas de junho de 2013, quando ficou explícito que existe uma decadência de métodos e formas de organização das lutas. A gente está nesse lusco-fusco, e temos que correr atrás do prejuízo. E não só barrar retrocessos. Isso é muito difícil porque a gente está reagindo ao desmonte que eles programaram, o desinvestimento nas políticas públicas, o desmonte do Estado, a criminalização das lutas e das políticas democráticas, criminalização da cultura, da educação, de quem defende o meio ambiente; e a estratégia é muito bem-sucedida.

Tem muita elaboração e amarração prática para ser feita no nosso campo para que a gente consiga ter um contraponto mais efetivo a esses setores que não precisam de mobilização social porque de saída se beneficiam das desigualdades históricas.

## **E como vocês, mulheres, têm se articulado para reagir a tudo isso na Câmara? Como tem sido a prática?**

A gente tem interagido em muitas frentes de trabalho, mas não existe um esforço altamente coordenado ainda. Foi lançada a proposta de uma frente

parlamentar feminista e antirracista com participação popular que deve ser formalizada em breve, e essa frente tem uma característica de compromisso com a interseccionalidade das lutas feministas. Isso é novo no Congresso, mas, por mais que a gente tenha essa intenção de colaboração, é fato que estamos com uma dificuldade de responder com alguma sintonia fina diante da avalanche de ataques. Porque são muitas frentes simultâneas, e tudo muito pesado e complicado demais. Nós estamos nos vendo, estamos próximas, mas ainda muito aquém dos desafios que têm sido colocados. É o que tem sido possível porque é extenuante.

## **Provavelmente a PEC está sendo votada hoje no Senado. O que você tem a dizer sobre isso e como vocês vão trabalhar com um Senado desses?**

Eu confio na força popular e tenho esperança de que a resposta nas ruas seja estrondosa. Vários atos aconteceram quando surgiram essa PEC e os PLs, o movimento feminista tem se apresentado. Então não vai ser sem grande resistência popular. Circunstancialmente, eles têm uma maioria neste espaço institucional, mas não necessariamente refletem o que tem de mais profundo na sociedade brasileira. Eles lidam com a superfície das coisas, com a ignorância, com o desconhecimento, com a manipulação, com notícias falsas. E a gente está lidando com o que é mais genuíno e delicado, que é a possibilidade de autonomia, de autodeterminação, de construção coletiva. É nisso que eu confio.

*Andrea Dip e Julia Dolce*



# Comissão do Senado debate proposta para restringir aborto nesta quarta

*Projeto patrocinado por bancada religiosa quer se antecipar ao STF, que prevê julgar tema em breve*

**[\(El País, 08/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado prevê votar nesta quarta-feira o relatório da senadora Selma Arruda (PSL-MT) favorável à [PEC 29/2015](#), que coloca na Carta Magna a proibição do aborto em casos que já estão previstos em lei. Chamada pela bancada evangélica de PEC da Vida, na prática a proposta pode proibir ou dificultar o acesso ao aborto seguro e legal. Apesar de a relatora ter aberto exceção nos casos de risco de morte para a mãe ou gravidez decorrente de estupro, ambos já permitidos pela legislação atual, ela retirou do texto a terceira possibilidade legal, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 e que abrangia o aborto em caso de feto anencéfalo. Organizações temem ainda que a comissão opte por uma versão ainda mais restritiva da proposta, considerada um retrocesso na área de saúde e dos direitos reprodutivos da mulher.

A PEC, de autoria do ex-senador evangélico Magno Malta, foi desarquivada em fevereiro deste ano pelo senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que é militante antiaborto. Ele é um dos fundadores do grupo Movidá, que se dedica a erradicar o aborto em qualquer possibilidade. Girão e Arruda afirmam que a ideia é blindar a Constituição de novas exceções à proibição do aborto, como no caso dos fetos anencéfalos. Caso o texto seja aprovado na CCJ a matéria vai para o plenário, onde é necessário uma votação mínima favorável de 60% dos senadores em dois turnos. Após ser aprovada, a matéria é enviada para tramitação na Câmara.

A frente antiaborto quer se antecipar a uma série de decisões que o STF terá de tomar em breve. A Corte deve julgar ainda este ano uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade que permite o término da gestação em casos de mães portadoras do zika vírus, doença que pode causar em fetos a microcefalia (quando o perímetro cerebral menor do que o normal). Existe também outra ação que libera o aborto em qualquer situação até a 12ª semana de gestação. O objetivo da bancada religiosa e antiaborto é votar a PEC 29 antes que a Corte se manifeste com relação a estes casos.

Colocando lenha nos recentes embates entre o STF e o Congresso, tramita na Câmara um Projeto de Lei que permite enquadrar ministros da Corte por “usurpação de competência” do poder do Legislativo. Girão se aproveitou da onda conservadora que tomou conta do Congresso fortalecida pela eleição de Jair Bolsonaro para resgatar a matéria de autoria de Malta. De acordo com ele, os casos excludentes previstos em lei serão respeitados, mas durante a tramitação o texto pode mudar.

Atualmente, existe uma rede de organizações contrárias ao aborto [que fazem lobby no Congresso](#) para influenciar os parlamentares a votarem de acordo com seus interesses. A relatora afirma que “o direito à vida desde a concepção é o [direito] principal de todos os direitos humanos”. Este é justamente o trecho que a senadora propõe inserir no artigo 5º da Constituição -que fala sobre a inviolabilidade do direito à vida, mas não precisa quando ela começa. A própria ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora Damares Alves, já se manifestou contra o aborto: “Sou contra o aborto em qualquer circunstância. Todos sabem, todos conhecem”.

---

## **Ação contra a PEC 29 - Emenda Constitucional ameaça direito ao**

# aborto no Brasil

*A PEC 29/2015 está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Se aprovada, abrirá caminho para a restrição absoluta do direito à interrupção da gravidez no País.*

Apresentada em 2015 pelo ex-senador Magno Malta (PR/ES), a PEC 29 propõe a inclusão do direito à vida desde a concepção no preâmbulo da Constituição Federal.

Em 2016, esta proposição foi ratificada por seu primeiro relator, senador Eduardo Amorim (PSBD/PE), mas arquivada ao final da legislatura 2014-2018. Foi trazida de volta à pauta no início dos trabalhos legislativos de 2019, pelo senador Eduardo Girão (PODE/CE).

A nova relatora, senadora Selma Arruda (PSL/ MT), elaborou muito rapidamente um parecer favorável ao texto. Mas acrescentou um parágrafo para manter a não punição ao aborto nos casos já definidos pelo Código Penal de 1940 (para proteger a vida da gestante e na gravidez por estupro), com cláusula impondo o consentimento formal da mulher grávida, ou da pessoa por ela legalmente responsável, no caso de ser menor, ou incapaz juridicamente.

A relatora não preservou a possibilidade do aborto nos casos de anencefalia, estabelecida como constitucional pelo STF em 2012, o que é inaceitável.

A manutenção dos dois permissivos do Artigo 128, II, do Código de 1940, é, na prática, muito problemática, gerando ambivalência e insegurança jurídica, além de não ser matéria para ser tratada no âmbito constitucional. A PEC ignora a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal de que o direito à vida não é absoluto e que a proteção jurídica da vida ocorre a partir do nascimento. Esta postura pode gerar retrocessos no acesso ao aborto legal.

Na sessão de 24 de abril foram propostas duas novas emendas, ainda não debatidas, no sentido de preservar o direito ao aborto no caso de anencefalia. A PEC 29 não foi votada nesta sessão, já que houve um pedido de vista

coletivo puxado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), que adia a votação por uma semana. Como a quarta-feira é feriado (1º de Maio), o debate do texto está adiado para 8 de maio.

A Comissão de Constituição e Justiça é presidida pela senadora Simone Tebet (MDB-MS). Caso aprovada na CCJ, a PEC 29/2015 segue para votação no plenário em dois turnos precisando, para ser aprovada, do voto da maioria qualificada de dois terços dos membros do Senado (54 senadores/as).

Estamos em luta contra este grave retrocesso!

Diga NÃO à PEC 29: <http://bit.ly/NÃOÀPEC29>

#LegaleSeguro #ÉnossaEscolha #PelaVidadasMulheres

*CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria*

---

# **Mulheres estão no olho do furacão antidemocrático, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos**

*Sem o corpo feminino, a restauração conservadora não se realiza*

**[\(Folha de S.Paulo, 29/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Imelda Cortez é uma jovem mulher de 21 anos que cresceu na zona rural de El Salvador, estuprada desde os 12 pelo padrasto 50 anos mais velho. Como consequência da rotina de abusos dentro de casa, a jovem engravidou aos 19.

Depois de ter sido encontrada pela mãe com dores fortes e sangramento

intenso, Cortez foi imediatamente encaminhada para a emergência de um hospital, onde o médico suspeitou de uma tentativa de aborto e chamou a polícia.

O bebê foi encontrado com vida e em bom estado de saúde e, após uma semana no hospital, a salvadorenha foi enviada para a prisão, sem possibilidade de fiança. Imelda Cortez foi julgada e condenada a 20 anos de prisão por tentativa de homicídio em 2018.

Nove anos antes, em 2007, Teodora Vasquez estava no trabalho quando sentiu fortes dores na barriga e acabou tendo um parto prematuro, no qual a criança nasceu morta.

Embora não houvesse indícios da prática de um aborto, Vasquez foi presa imediatamente após o parto e sentenciada a 30 anos de prisão por homicídio qualificado.

Imelda e Teodora vivem em El Salvador, onde há 21 anos o aborto foi criminalizado em todas as circunstâncias. Desde então, as mulheres passaram a viver a gravidez como perigo, e não como experiência de afeto e fonte de felicidade. Esse é o projeto de sociedade que a PEC 29 pretende pavimentar no Brasil.

A PEC foi originalmente apresentada pelo senador Magno Malta, em 2015. Seu objetivo era incluir no art. 5º da Constituição Federal —aquele que diz que todos são iguais perante a lei— o termo “desde a concepção” e fazer retroagir os direitos reprodutivos que as mulheres brasileiras possuem. O projeto acabou arquivado.

Em 6 de fevereiro de 2019, a PEC foi desarquivada por uma representante da “nova política”, a juíza Selma Arruda. Autoproclamada “Moro de Saias”, Arruda foi eleita pelo PSL do Mato Grosso.

Foi cassada, por unanimidade, quase dois meses depois de assumir seu primeiro mandato, acusada de abuso de poder econômico e caixa dois. Inelegível por oito anos, ela recorre ao TSE sem deixar o mandato e ainda relata a PEC no Senado.



Apagado neste início de legislatura, o Senado se apresenta como lócus para o retrocesso sobre gênero, sexualidade e reprodução, numa espécie de moralismo compensatório ao encaminhamento da pauta ultraliberal, precarizante e antipopular no Congresso. Afinal, é preciso animar a torcida. No texto “A revolta conservadora”, escrito após a vitória de Bolsonaro, o cientista político Marcos Nobre previu: “não há pretensão de governar para todo mundo. Trata-se agora de governar para base social e eleitoral que não é maioria. Tornar esta base fiel é fundamental para manter o poder”.

E quem é a base fiel? Homens, na maioria brancos, com ensino superior completo, na faixa de renda acima de cinco salários mínimos e com forte presença entre evangélicos.

Neste segmento da sociedade, a popularidade de Bolsonaro caiu apenas 8%, destoando da queda vertiginosa em outros setores, segundo a última pesquisa do Datafolha.

Jogar para esta torcida é necessariamente colocar o corpo das mulheres no olho do furacão antidemocrático.

Disputas sobre direitos reprodutivos estão no coração de embates mais amplos sobre gênero, como lembra a pesquisadora Sonia Corrêa, e são um dos motores da ideologia ultraliberal mundo afora. Sem o controle dos corpos das mulheres, a restauração conservadora não se realiza.

Estejamos preparadas.

*Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assistente especial do Programa para a América*

*Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.*

---

# **Pressão para a inviabilização do aborto em qualquer situação cresce no Senado Federal, com a realização de audiência pública sobre ADI do Zika e o anúncio da Frente Parlamentar Mista Pela Vida - Contra o Aborto**

Na próxima quinta-feira, dia 25 de abril, será realizada na CAS - Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal Audiência Pública Interativa que discutirá “as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia”, no seminário “Em Defesa da Vida - Direito de nascer de bebês com microcefalia”. Na ocasião, também, será oficializada a intenção de lançar a Frente Parlamentar Mista Pela Vida - Contra o Aborto.

**[\(Cfemea, 24/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O Senador Eduardo Girão (PODE/CE), no seu requerimento, justifica a necessidade do debate tendo em vista a realização de sessão no Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.582/2016, que discute a possibilidade de mulheres infectadas pelo vírus da Zika terem o direito de abortar, prevista para o dia 22 de maio. A ação foi protocolada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e visa descriminalizar o aborto em caso de fetos sob suspeita de microcefalia.

Foram convidadas para participar da audiência a ministra do STF Cármen Lúcia; as senadoras Simone Tebet (MDB-MS) e Daniella Ribeiro (PP-PB); os deputados federais Chris Tonietto (PSL-RJ) e Diego Garcia (Pode-PR); a secretária-adjunta nacional de Políticas Públicas para Mulheres do Ministério

da Mulher, Família e Direitos Humanos, Rosinha da Adefal; a presidente nacional do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida — Brasil Sem Aborto, Lenise Garcia; e o presidente da Associação Nacional de Cidadania pela Vida, José Miranda de Siqueira.

A audiência pública será realizada um dia depois da reunião da CCJ que discutirá a PEC 29/2019 que inviabiliza toda e qualquer forma de aborto, ao acrescentar ao texto do artigo 5º o “direito à vida desde a concepção”. E, segundo a justificativa apresentada, este é outro dos motivos para a sua realização. A reunião da CCJ está prevista para as 10h do dia 24 de abril, no Plenário 3, da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II do Senado Federal.

As mulheres brasileiras estão sob risco de perder os direitos conquistados para o aborto legal no país. Senadores e senadoras que se identificam com as pautas conservadoras, reacionárias e fundamentalistas, orientados por compromissos políticos assumidos com suas bases religiosas cristãs evangélicas e católicas, desarquivaram a PEC 29. A proposta de Emenda Constitucional 29, de autoria do ex-Senador Magno Malta, que propõe alterar o artigo 5º da Constituição Federal, inserindo o direito à vida desde a concepção. De acordo esse preceito, o embrião passará a ter um status jurídico igual ou de mais importância do que a própria mulher.

Se aprovado na constituição o direito à vida desde a concepção, viveremos no Brasil o cenário similar ao da Nicarágua, onde o aborto é totalmente criminalizado, com penas em média de 25 anos, com cerceamento de políticas preventivas à saúde reprodutiva da mulher, educação sexual nas escolas, e a diversidade de famílias. A Nicarágua é um dos países com maior índice de gravidez na adolescência e mortalidade materna.

O aborto é prática ilegal para 90% das mulheres na América Latina, onde seis países mantem restrição total: El Salvador, Honduras, Haiti, Nicarágua, Republica Dominicana e Suriname.

Participantes da audiência:

Chama a atenção que as participantes da audiência, em sua maioria, são contrárias ao aborto. Sem espaço para as posições que defendem o direito de

escolha das mulheres.

- Cármen Lúcia é ministra do Supremo Tribunal Federal, em 2012 votou favorável à liberação do aborto em caso de anencefalia.
- Senadora Simone Tebet (MDB-MS) é presidente da Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ), defende o aborto nos casos previsto no Código Penal.
- Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), líder do PP, se diz contrária a descriminalização aborto e foi favorável ao desarquivamento da PEC 29/2019 que inviabiliza o aborto em qualquer situação. Se diz favorável as exceções em casos específicos.
- Deputada Federal Chris Tonietto (PSL - RJ). Concorreu a vaga de deputada com, entre outros, o objetivo o de lutar pela vida. Afirmou que buscará um equilíbrio entre os três poderes, já que vê o poder judiciário tomando frente de assuntos que ao seu ver não é de sua competência.
- Deputado Federal Diego Garcia (PODE - PR) - Coloca a defesa da vida como uma de suas mais importantes missões. Engajado na luta contra o aborto, o parlamentar tem participado de audiências públicas na Câmara e no Senado, reuniões das Frentes Parlamentares em defesa da vida e da família, seminários e também da Marcha Nacional da Cidadania pela Vida contra o Aborto. Foi relator do estatuto do Nascituro e do estatuto da Família.
- Rosinha da Adefal. Ex-deputada federal, integrou a Frente Parlamentar Evangélica. Atualmente é Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional da Mulher, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Se posiciona contra a descriminalização do aborto.
- Lenise Garcia - é doutora em microbiologia, professora da UnB e líder do Movimento Brasil Sem Aborto. Luta veemente pela criminalização total do aborto. Acredita que quando a mulher está grávida, ela já é mãe.
- José Miranda de Siqueira - Presidente da Associação Nacional de Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto, organização que defende a preservação da vida desde sua concepção.

---

# Projeto que dificulta aborto é alterado para facilitar aprovação no Senado

*Desarquivada em fevereiro, a proposta de emenda à Constituição acrescenta ao artigo 5º que a inviolabilidade do direito à vida é garantida ‘desde a concepção’*

[\(O Globo, 24/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Centro da polêmica no Congresso sobre o aborto, a chamada PEC da Vida foi alterada pela relatora, Selma Arruda (PSL-MT), na tentativa de facilitar a aprovação no Senado. A senadora acrescentou, no texto, duas das três atuais previsões legais para o procedimento de interrupção da gestação. A PEC estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta quarta-feira, mas a discussão foi adiada porque houve um pedido de vista.

Desarquivada em fevereiro pelo plenário, a proposta de emenda à Constituição acrescenta ao artigo 5º que a inviolabilidade do direito à vida é garantida “desde a concepção”. O texto é do ex-senador Magno Malta (PR-ES) e havia sido arquivado pelo fim da legislatura. Ao decidirem retirá-lo da gaveta, líderes partidários fizeram acordo para resguardar atuais previsões legais para o aborto.

Hoje, há três situações em que o procedimento é considerado legal: estupro, risco de vida à mulher e feto anencéfalo. Em seu relatório, Selma defende o texto de Magno Malta, mas acrescenta que o aborto não é punível “exclusivamente” em dois casos: “se não há outro meio de salvar a gestante” e “se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando absolutamente incapaz, de seu representante legal”.

Em 2012, o Supremo decidiu que o aborto também é permitido no caso de

fetos anencefálicos. A senadora, no entanto, deixou de fora a previsão legal para o procedimento nesses casos. Para senadores, o tema pode voltar ao Supremo. Eles preveem que, se a proposta for aprovada, novas ações sobre aborto de fetos anencefálicos serão apresentadas.

Hoje, no Supremo, já há algumas ações que tratam do tema aborto. Está pautado para maio o julgamento de um processo que discute a possibilidade de o procedimento ser feito no caso de grávidas infectadas com zika. Outra ação, ainda sem data de julgamento, pede a descriminalização do procedimento até as 12 semanas de gestação.

Grupo de senadores que defendem a proibição do aborto pedem pressa na votação da PEC. Querem que o tema seja vencido no Congresso antes de essas ações serem julgadas pelo Supremo.

*Amanda Almeida*